

INFORME BNDES

JUNHO/89

ANO II - Nº 22

NOTICIÁRIO PARA DIVULGAÇÃO POR JORNAIS, REVISTAS, EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DE TODO O PAÍS

Vendida a CCB. É a décima privatização em dois anos

O Grupo Klabin comprou o controle acionário da Companhia de Celulose da Bahia (CCB) por NCz\$ 27,48 milhões, em leilão promovido pelo BNDES. O preço mínimo era NCz\$ 27,06 milhões, por um montante de ações que corresponde a 99,46% do capital total. Foi a décima empresa privatizada pelo BNDES nos últimos dois anos.

A CCB foi criada em 1968 para fabricar celulose branqueada a partir de fibra de sisal, com uma capacidade nominal de 250 toneladas por dia, e produziu até 1986. A BNDESPAR, que tinha o controle acionário desde 1979, alterou depois o processo de produção de celulose, capacitando a empresa a utilizar como matéria-prima o eucalipto, disponível na região.

As privatizações anteriores, promovidas pelo BNDES, foram as seguintes: Companhia Nacional de Tecidos Nova América, vendida ao grupo Cataguazes-Leopoldina; Máquinas Piratinina do Nordeste, comprada pela Companhia de Cimento Portland Poty; Máquinas Piratinina S.A., pela Wuppertal Indústria de Máquinas; Siderúrgica Nossa Senhora da Aparecida, pela Villares; Sibra-Eletrosiderúrgica Brasileira, pela Ferro-Ligas do Norte; Companhia Guataparã de Papel e Celulose (Celpag), adquirida pelo Grupo Votorantim; Caribá Metais, adquirida pela associação S.A. Marvin, Paraibuna de Metais e Banco da Bahia de Investimentos; Companhia Brasileira do Cobre (CBC), comprada pelos empregados da empresa; e Cimetel (os ativos da empresa foram arrematados, entre outros, pelos Grupos Gerdau, Inoibrás e Orminás). O Banco vendeu também em leilão público um lote de ações da Aracruz Celulose que correspondia a cerca de 26% do capital total da empresa.

Restam agora sob o controle acionário do BNDES apenas três empresas: a Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), a Mafersa e Usimec.

Projeto Aracruz recebe financiamento para investimento social em dois Estados

O presidente do BNDES, Márcio Fortes, e o presidente da Aracruz Celulose, Francisco Gros, assinaram contrato de financiamento no valor de NCz\$ 11.935.106,00. Foi o primeiro financiamento aprovado pelo BNDES para aplicação em infra-estrutura social com recursos próprios do Banco (e não oriundos do Fin-social). O crédito será utilizado em investimentos nas áreas de educação, saúde e lazer nas regiões do norte do Espírito Santo e sul da Bahia.

Durante a solenidade, Márcio Fortes destacou "a grande importância da iniciativa de uma empresa privada — que aliás está executando o maior projeto industrial do Brasil de hoje — de investir em uma ação social direta em

vários municípios do interior":

— Este é um exemplo pioneiro de como as empresas privadas modernas podem somar-se ao Estado na responsabilidade pelas atividades de infra-estrutura social. O BNDES estará sempre pronto a apoiar iniciativas como esta, porque sua missão é financiar o desenvolvimento integrado — o econômico e o social.

A finalidade do projeto da Aracruz é atender às necessidades sociais decorrentes da implantação do seu plano de expansão — a empresa está aumentando sua capacidade de produção de 490 mil toneladas/ano para 1 milhão de toneladas de celulose. Estão previstos investimentos para a construção de seis escolas,

três centros profissionalizantes, uma creche, um hospital, três postos de saúde e cinco grêmios esportivos, e reforma e ampliação de duas creches, um posto médico e dois hospitais. O investimento total é da ordem de NCz\$ 15 milhões.

A Aracruz tem cerca de 7 mil empregados, 5.700 dos quais em atividades florestais (800 no sul da Bahia). Com a entrada em operação da nova fábrica, o número de empregados aumentará para 9.200, chegando a 7 mil nas áreas florestais (2.300 no sul da Bahia). O programa deverá atender diretamente a um total de 40 mil pessoas, entre funcionários e seus dependentes, e beneficiará uma população de mais de 200 mil habitantes.

Apoio financeiro para novas unidades nos pólos petroquímicos de SP e da Bahia

Um financiamento de NCz\$ 23 milhões foi concedido pelo BNDES à empresa Politen Indústria e Comércio S.A., localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia, destinado à instalação de uma unidade para a produção anual de 130 mil toneladas de polietileno linear de baixa densidade (PEL). Outro crédito, de NCz\$ 1,6 milhão, foi concedido à Polibutenos S.A. Indústrias Químicas, destinado a apoiar o início das atividades operacionais da empresa em Mauá, SP.

O investimento total do projeto da Politen é de US\$ 108 milhões. Além da participação do BNDES (24%), está previsto ainda o apoio da FINAME, subsidiária do Banco, através de financiamento para a compra de equipamentos de fabricação nacional, que alcançarão 22% do

investimento.

O polietileno linear é um termoplástico utilizado pela indústria de transformação em substituição a produtos tradicionais, como papel, vidro, madeira, metais e couro. O segmento dos termoplásticos é o mais dinâmico dentre os produtos petroquímicos de segunda geração. O PEL é utilizado na fabricação de sacos de embalagens, garrafas, frascos de soro, utilidades domésticas, brinquedos, tubos, fios, cabos etc.

A instalação da fábrica da Politen, com a utilização de tecnologia de última geração, além de atender ao desenvolvimento e crescimento do mercado interno, será fundamental para a preservação e ampliação do espaço conquistado pela petroquímica brasileira no mercado externo.

A fábrica da Polibutenos,

inaugurada no início deste ano, vai produzir 12 mil toneladas anuais de poliisobutenos (PIB), matéria-prima utilizada na fabricação de anidrido poliisobutenil, usado na produção de óleos lubrificantes. O PIB ainda é totalmente importado. O projeto vai gerar uma economia de divisas da ordem de US\$ 22 milhões/ano.

A Polibutenos resulta da associação tripartite entre a Petroquímica União, empresa estatal, a União das Indústrias Petroquímicas (Unipar), empresa privada, e a Chevron do Brasil, subsidiária da multinacional Chevron Chemical Corporation.

As instalações da empresa estão localizadas em terreno de propriedade da Petroquímica União que já dispõe de infra-estrutura, como fornecimento de água, vapor e energia, além das principais matérias-primas.

Apoio a aumento de capital da Czarina S.A.

O BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira ao Banco de Investimentos BCN no valor de até NCz\$ 716 mil, em apoio à operação de aumento de capital da empresa Czarina S.A., de São Leopoldo (RS). O crédito será utilizado para financiar, por repasse, a subscrição de ações por parte de acionistas da empresa e investidores em geral.

O BNDES decidiu também parti-

cipar, sob o regime de "melhores esforços", da operação de colocação pública de até 2,1 milhões de ações preferenciais, no montante de até NCz\$ 178 mil.

O aumento de capital da empresa será de cerca de NCz\$ 1,5 milhão. A Czarina fabrica sapatos e bolsas femininas em couro de alta qualidade, destinados ao público das faixas de renda mais altas.

Fábrica de celulose e papel amplia produção

A Facelpa — Fábrica de Celulose e Papel S.A. — vai utilizar um financiamento concedido pelo BNDES, no valor de NCz\$ 4,3 milhões, na conclusão do projeto de ampliação de sua fábrica localizada em Fraiburgo, Santa Catarina. A empresa aumentará sua produção de papel de embalagem de 2.700 toneladas/mês para 4.500 toneladas/mês, e de celulose de 80 t/dia para 100 t/dia.

O projeto da Facelpa, empresa do Grupo Trombini, está em fase de conclusão. Até o fim do ano a empresa estará funcionando com a sua

produção ampliada. A Facelpa tem quatro unidades industriais, localizadas em Curitiba, Palmeira (PR), Canela (RS) e Fraiburgo (SC). Sua produção se destina, principalmente, a suprir a Trombini Embalagens S.A. e a Curipel S.A., que também fazem parte do grupo.

O atual financiamento vem complementar apoio dado pelo BNDES em outubro de 1987, no valor de NCz\$ 5,6 milhões (preços de hoje). O crédito suplementar atende às necessidades decorrentes de acréscimos nos custos de investimentos e alterações no projeto.

Indústria têxtil moderniza-se no Paraná

Financiamento de NCz\$ 2 milhões foi concedido pelo BNDES à Indusmoda — Indústria de Modas Ltda., de Londrina (Paraná), para apoiar o projeto de construção de um novo pavilhão industrial que unificará as três atuais unidades produtivas, distantes entre si e instaladas em imóveis alugados. O projeto resultará no aumento da produção de camisas de 700 mil peças por ano para 1,65 milhão.

Com a utilização de equipamentos e processos mais modernos, a empresa passará a oferecer um produto

com padrão de qualidade mais elevado e disporá de maior eficiência produtiva. O projeto prevê a contratação de 650 novos empregados, passando a contar com 1.350.

A Indusmoda — uma das maiores produtoras de camisas do País — faz parte do Grupo Khouri, tradicional na região de Londrina, e que atua nas áreas de confecções, construção civil, transporte de carga e aéreo, metalurgia e agropecuária. O financiamento concedido pelo BNDES será repassado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badepr).

Nardini: Empresários devem ajudar a fazer um projeto nacional

A concretização das potencialidades estruturais do País e a retomada do desenvolvimento dependem das contribuições para a formulação e implementação de um projeto nacional que firme a base para superarmos os graves problemas do presente. É muito importante uma participação maior das classes empresariais nessa tarefa e nesse desafio. Só com uma postura ativa de toda a sociedade poderemos aproveitar os graus de liberdade produzidos por nosso esforço histórico de industrialização para promover um desenvolvimento econômico em ritmo satisfatório e em bases mais homogêneas de distribuição de renda, no sentido de obtenção de maior justiça social.

A afirmação foi feita pelo vice-presidente do BNDES, Bruno Nardini, em palestra no 1º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, em São Paulo. Segundo ele, "as potencialidades, representadas pelo parque produtivo existente, pelos recursos naturais disponíveis, pelos espaços a expandir nos mercados interno e externo, permitem confiar na viabilidade de superação das duras realidades atuais".

A propósito do desempenho do setor de máquinas e equipamentos, disse Nardini que, apesar das incertezas, muitos segmentos têm tido comportamento favorável, situação que se reflete no número de operações da FINAME (subsidiária do BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos). Após a interrupção ocorrida com o "Plano Verão", a FINAME vem aumentando suas operações de uma média de 150 por dia para, atualmente, cerca de 230. Este ano, até abril — informou o vice-presidente do BNDES —, a FINAME desembolsou NCz\$ 217 milhões, "o que representa uma recuperação sensível em relação aos valores acumulados até março, embora bastante inferiores, em termos reais, aos do primeiro quadrimestre de 1988". Essa recuperação de abril sustentou-se em maio, acrescentou Nardini. Observa-se que "a vitalidade dos números no programa especial da FINAME reflete particularmente a demanda de setores privados nos ramos de química e de papel e celulose".

O orçamento da FINAME para este ano está fixado, segundo Bruno Nardini, em cerca de 1,2 bilhão de dólares, e deverá representar mais de um terço das aplicações totais do Sistema BNDES.

ALIDE

Representando o presidente do BNDES, Márcio Fortes, o vice-presidente Bruno Nardini fez conferência na 19ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), promovida em São Paulo, no Memorial da América Latina. O tema da exposição foi "Mecanismos de mobilização de recursos no processo de descentralização financeira para o desenvolvimento".

— As dificuldades de curto prazo e os processos inflacionários na América Latina refletem, em essência, a neces-

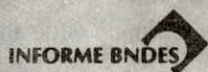
sidade de alterações estruturais, modernizantes e, acima de tudo, orientadas por projetos nacionais de médio e longo prazo que ofereçam às nossas nações balizamentos seguros e confiáveis, minorando o clima de instabilidade e incertezas. Sem projetos nacionais firmando estratégias politicamente apoiadas, os esforços para recuperar as taxas de investimentos e a criação de mecanismos de mobilização e aplicação de recursos, por maiores e melhores que sejam, terão impactos restritos, ou mesmo frustrantes, devido à falta de disposição para investir da iniciativa privada num ambiente de carência de sinalizações nítidas emanadas do Estado e do mercado — afirmou Nardini.

Caberá às instituições financeiras de fomento e desenvolvimento, acrescentou, "a grande responsabilidade de antecipar ações e implementar mecanismos financeiros que contribuam para a concretização de investimentos que recuperem o crescimento de nossas economias, na busca de novos ciclos de expansão".

— O novo padrão de financiamento e a montagem de sistemas de captação de recursos adaptados às novas realidades se farão em paralelo à modernização das relações entre o Estado e a iniciativa privada, ao estabelecimento de novo conjunto de atribuições a serem assumidas por um Estado modernizado, com a transferência de alguns serviços públicos à iniciativa privada sob a forma de concessão, e com a privatização de empresas circunstancialmente conduzidas pelo Poder Público — iniciativas e idéias que vêm sendo discutidas e implementadas pelo BNDES.

Nardini ressaltou que "em economias ainda em formação ou consolidação, como as nossas, continuará cumprindo ao Estado importantes funções regulatórias e, dado seu peso específico, um papel ainda relevante na própria formação de capital". Por isso "já vêm sendo buscadas formas de estabelecer, ao menos em parte, um equilíbrio financeiro das contas públicas e, eventualmente, uma recuperação mínima da capacidade de poupança do Estado". Os recursos aí originados serão, porém, limitados para o suporte de investimentos de longo período de maturação, como os de infra-estrutura econômica (no caso brasileiro tradicionalmente a cargo do Estado).

— Por isso imaginamos que recursos adicionais, provindos da área privada — que em muitos casos está líquida —, deverão ser mobilizados para essas inversões, o que implica a possibilidade de criação de títulos privados (por exemplo, debêntures) com características e incentivos específicos, lançados por concessionárias privadas e avaliados pelo poder público, no caso pelas instituições financeiras de fomento ao desenvolvimento. Tal mecanismo envolve a captação de poupanças privadas excedentes em setores ociosos e sua aplicação em setores estrangulados nos quais o Estado não tem condições de suprir todas as necessidades de financiamento com base na autogeração das concessionárias públicas e nos empréstimos com recursos de origem fiscal — sugeriu Bruno Nardini.



Noticiário produzido e editado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Sistema BNDES.

Assessoria de Comunicação do Sistema BNDES — ASCOM
Av. Chile, 100 — 12º andar — CEP 20139 — Rio de Janeiro — RJ
Telefones: 277-7181/277-7182/277-7191/277-7192/277-7264/277-7096/
277-7802 — Telex: (21) 34110

Assessoria de Divulgação em Brasília-DF (para o Norte e o Centro-Oeste)
End.: Edifício BNDES — Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E —
13º andar — CEP 70070
Tel.: 225-8214 — Telex: (61) 1190

Assessoria de Divulgação em São Paulo-SP (para SP e Região Sul)
End.: Av. Paulista, 460 — 12º e 13º andar — CEP 01310
Tel.: 251-5055 — Telex: (11) 35568

Assessoria de Divulgação em Recife-PE (para o Nordeste)
End.: Rua do Riachuelo, 105 — 7º andar — CEP 50000
Tels.: 231-0013/231-0410/231-0200 — Telex: (81) 2016

Financiamento à produção de autopeças

Financiamento de NCz\$ 1,65 milhão foi concedido pelo BNDES à empresa Técnica Industrial Tiph Ltda., de Bragança Paulista (SP), objetivando a instalação de uma unidade industrial no município de Alfenas, Minas Gerais. O investimento total é de NCz\$ 5,5 milhões. Está prevista a participação da FINAME, subsidiária do BNDES, com um financiamento de NCz\$ 2 milhões destinado à aquisição de máquinas e equipamentos.

A nova unidade terá capacidade para fabricar mais de 1 milhão de autopeças (bombas d'água e discos de freio) por ano, aumentando a capacidade de produção da empresa das atuais 750 mil para 1,8 milhão de peças/ano. O projeto possibilitará melhor aproveitamento de planta industrial de Bragança Paulista. Serão criados cerca de 450 empregos diretos.

A Tiph tem como mercado-alvo o segmento de reposição e pretende atingir 5% desse mercado com o funcionamento da planta em Alfenas, passando para 8% em 1992. A empresa obterá cerca de 60% do seu faturamento nos produtos tambores e discos de freio, bombas-d'água e reparos para essas bombas. Grande parte da produção vem sendo exportada para os Estados Unidos e Canadá.

Empresa do Paraná fará armazéns para soja em MS

Dois armazéns graneleiros para soja serão construídos em Bataguassu (Mato Grosso do Sul) pela empresa Soccepar Agroindustrial Exportadora Bataguassu S.A., com sede em Curitiba. Para a execução do projeto o BNDES concedeu financiamento de NCz\$ 2 milhões à Soccepar — cerca de 63% do investimento total.

Um dos armazéns terá capacidade de estática de 93 mil toneladas de soja e outro de 29 mil toneladas de farelo. Está em fase final de montagem a indústria de esmagamento de soja, com capacidade para processar 1.600 toneladas por hora. A produção de farelo será destinada principalmente ao mercado externo, enquanto o óleo bruto será vendido no mercado interno, em especial São Paulo. O projeto vai gerar 250 empregos diretos e 750 indiretos. A capacidade de processamento de soja da empresa passará a 480 mil toneladas/ano, a de farelo a 372 mil t/ano e a de óleo a 90 mil t/ano.

A Região Sul e o estado de São Paulo concentram 94% do total da capacidade nacional de esmagamento de soja, daí a importância do deslocamento de indústrias para outras regiões, como é o caso do grupo Soccepar.

“O Estado-pai, que dá, nada exige e desperdiça, não pode mais existir”

— O Estado tutelar, o Estado-pai, o Estado que dá e nada exige, o Estado que se permite o desperdício não poderá mais existir no Brasil — disse o presidente do BNDES, Márcio Fortes, ao abrir no Rio o Seminário sobre Reorganização da Administração Pública Federal, promovido pela Seplan através da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep).

— A modernização da administração pública é o principal instrumento para a definição correta do papel do Estado na organização da nação brasileira. O empenho do ministro do Planejamento e da Seplan nesta direção certamente entusiasma os especialistas e os que estão acompanhando essa questão. É um importante trabalho, que objetiva a otimização dos escassos recursos de que dispõe a nação no âmbito da administração pública — acrescentou Márcio Fortes.

Em seu pronunciamento no seminário, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse que “modernizar o Estado é uma experiência pela qual vêm

passando recentemente quase todas as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento”:

— Mais que um modismo, a modernização do Estado é um indicador do grau de preparo de uma sociedade para integrar-se efetivamente num mundo de crescente interdependência.

— Precisamos modificar o Estado cartorial, habituado a controlar a sociedade, e desenvolver em seu lugar um Estado eficaz e transparente, por ela controlado — afirmou o ministro. — Modernizar a administração pública é uma tarefa permanente: é capacitar o Estado a responder cada vez melhor às necessidades da população que o sustenta. Precisamos fazer com que os serviços públicos cheguem de fato ao cidadão mais carente desses serviços, atendendo à periferia e ao interior. Precisamos prover o atendimento a tempo e a hora, no lugar do “volte semana que vem”. Precisamos abrir ao servidor público perspectivas de carreira mais amplas do que os acanhados limites do balcão de sua repartição. Precisamos fazer chegar a informática onde até hoje impera, soberano, o carimbo.

Tese sobre a indústria eletrônica ganha o Prêmio BNDES de Economia

Com a tese “Progresso técnico e estrutura de mercado: o caso da indústria de teleequipamentos”, apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o economista Maurício Mesquita Moreira, de 27 anos, venceu o 13.º Prêmio BNDES de Economia. Ele ganhou um prêmio em dinheiro no valor de NCz\$ 3.700,00 e terá sua tese publicada em livro pelo BNDES.

Em segundo lugar classificou-se a tese “O plano de estabilização heterodoxo: a experiência comparada de Argentina, Brasil e Peru”, de Alberto Octavio Espejo Ortega, da PUC/RJ. Seu autor ganhará um prêmio de NCz\$ 2.600,00 e a publicação em livro de sua tese. O trabalho “Uma análise da evolução do conceito de equilíbrio monetário no pensamento suco”, de Jorge Eduardo de Castro Soromenho, da USP,

foi o terceiro colocado, e dará ao seu autor um prêmio em dinheiro de NCz\$ 1.850,00 e diploma.

O quarto prêmio saiu para a tese “Índice de preços ao consumidor — um estudo sobre sua determinação no Brasil”, de Neio Lúcio Peres Gualda, da UFRS, que receberá um prêmio de NCz\$ 1.100,00 e diploma. A dissertação “Inflação e preço de ação de bancos comerciais”, de Walter Novaes Filho, da PUC/RJ, obteve a quinta colocação, cabendo ao seu autor um prêmio de NCz\$ 550,00 e diploma.

Criado em 1977, o Prêmio BNDES de Economia tem por objetivo principal estimular a pesquisa nos campos da Ciência Econômica pura ou aplicada. Este ano concorreram ao Prêmio 29 teses de mestrado de universidades de todo o País.

HOTÉIS — Colaboração financeira do BNDES, no valor de NCz\$ 545 mil, foi concedida à empresa Hotéis de Sergipe S.A., com o objetivo de concluir a construção de um hotel na praia de Atalaia Velha, em Aracaju. O hotel terá 144 apartamentos. Também para a instalação de um hotel, em Goiás, o BNDES concedeu financiamento de NCz\$ 654 milhões. O hotel, situado no município de Cachoeira Dourada, terá 151 apartamentos e cinco suítes.

MANGANÊS — Colaboração financeira no valor de cerca de NCz\$ 6 milhões foi concedida pelo BNDES à Metalman S.A., destinada a financiar a aquisição de equipamentos importados para a unidade industrial da empresa que está sendo instalada em Rosário (Maranhão). A unidade começará a operar no segundo semestre deste ano, produzindo 12 mil toneladas anuais de manganês metálico e 8.400 toneladas anuais de dióxido de manganês.

ELABRA — O BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de NCz\$ 2,3 milhões à Elebra S.A. Eletrônica Brasileira, destinada à conclusão do projeto de expansão da unidade industrial da empresa localizada no município de São Paulo (bairro da Saúde).

CARNES — Um financiamento de NCz\$ 2,6 milhões foi concedido pelo BNDES à Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e Derivados Ltda., situada em Júlio de Castilhos (RS). A Castilhense é o único frigorífico em atividade na região, e tem capacidade para absorver a maioria dos animais prontos para abate em toda a área, que compreende 55 municípios. O financiamento aprovado pelo BNDES, em recursos à conta do Programa de Operações Conjuntas (POC), será repassado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul).

LIXO — Foi inaugurada em Petrópolis, RJ, uma usina de reciclagem e compostagem de lixo que processará grande parte do lixo do município. A usina foi financiada pelo BNDES com recursos da ordem de NCz\$ 400 mil.

A instalação da usina vai resolver um dos mais graves problemas de Petrópolis, causado pela forma desordenada com que vinha sendo eliminado o lixo e pela total ausência de tratamento; e vai permitir a geração de receita através da venda do material reciclável (papéis, vidros, metais etc.).

BNDES desembolsa em maio

NCz\$ 336 milhões

Os desembolsos do Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas subsidiárias BNDESPAR e FINAME) no mês de maio atingiram um total de NCz\$ 336 milhões, com uma queda real (em relação à inflação) de 4% em relação a maio de 1988 (NCz\$ 54 milhões). Os desembolsos dos cinco primeiros meses deste ano somaram NCz\$ 1,08 bilhão (queda real de 36% em comparação com o total aplicado no mesmo período do ano passado — NCz\$ 162 milhões).

Os investimentos da BNDESPAR (que dá apoio financeiro por meio de participações acionárias nas empresas) em maio totalizaram NCz\$ 22 milhões — descontada a inflação, um valor equivalente aos NCz\$ 3,4 milhões investidos em maio do ano passado. No primeiro quadrimestre a BNDESPAR aplicou NCz\$ 137 milhões — um crescimento real de 167% em relação aos NCz\$ 7 milhões investidos de janeiro a maio de 88.

Na FINAME (financiamentos para compra de máquinas e equipamentos) os desembolsos foram de NCz\$ 168 milhões em maio — um crescimento real de 16% em relação aos NCz\$ 22 milhões liberados no mesmo mês do ano anterior. As aplicações da FINAME de janeiro a maio alcançaram a soma de NCz\$ 386 milhões (queda real de 31% em comparação com o total desembolsado no mesmo período de 1988 — NCz\$ 71 milhões).

As aprovações de financiamentos em maio somaram NCz\$ 570 milhões (crescimento de 97% em comparação com os NCz\$ 45 milhões aprovados no mesmo mês em 88). As aprovações de janeiro a maio somaram NCz\$ 1,4 bilhão: queda real de 49% se comparadas com as do mesmo período do ano passado (NCz\$ 328 milhões).

As prioridades concedidas (solicitações de financiamentos acolhidas por enquadrarem-se nas linhas de crédito e nos programas do Sistema BNDES) atingiram em maio um valor de NCz\$ 621 milhões (crescimento real de 92% em relação aos NCz\$ 50 milhões do mesmo mês do ano anterior). Nos quatro primeiros meses do ano, alcançaram um valor de NCz\$ 2,25 bilhões, com uma queda real de 42% em comparação com o total do primeiro quadrimestre de 88 (NCz\$ 461 milhões).

As consultas para financiamentos atingiram um valor de NCz\$ 630 milhões em maio (redução real de 14% na comparação com as consultas recebidas em maio do ano passado — NCz\$ 114 milhões). As consultas encaminhadas em maio por empresas do setor privado para financiamentos com recursos próprios do Banco (NCz\$ 594 milhões) representaram um crescimento real de 72% em relação às do mesmo mês do ano anterior (NCz\$ 53 milhões); e no período de janeiro a maio o total foi de 2,1 bilhões, com crescimento real de 23% em relação aos NCz\$ 229 milhões do mesmo período de 1988.

SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS

DISCRIMINAÇÃO	Jan/Mai 1988 NCz\$ Mil	Jan/Mai 1989 NCz\$ Mil	Jan/Mai 1989 UR Mil	Variação Real %	Maio 1988 NCz\$ Mil	Maio 1989 NCz\$ Mil	Maio 1989 UR Mil	Variação Real %
Área de Projetos I	20.506,5	139.664,0	127.115,3	-54	9.352,4	47.741,1	40.477,8	-20
• Mineração e Metalurgia	7.062,9	67.866,3	63.581,2	32	3.374,6	11.168,8	9.469,6	-48
• Química e Petroquímica	6.545,5	54.795,7	48.581,5	-47	3.789,9	25.219,8	21.382,9	4
• Bens de capital e indústrias tradicionais	6.798,1	17.002,0	14.952,6	-89	2.178,9	11.352,5	9.625,3	-19
Área de Projetos II	13.170,5	75.397,0	71.148,6	-81	4.784,9	5.925,0	5.023,6	-81
• Energia	2.642,8	68.647,0	64.889,6	-78	332,1	3.718,4	3.152,7	75
• Transportes, armazenagem portos, telecomunicações	10.527,7	6.750,0	6.259,0	-92	4.452,8	2.206,6	1.870,9	-92
Área de Projetos III								
• Repasses para aplicação por instituições financeiras	21.352,9	129.545,1	118.799,2	-20	7.517,5	45.632,6	38.690,1	-5
Área de Projetos IV	6.212,7	41.249,1	37.396,6	-10	1.768,2	17.019,7	14.430,3	50
• Agricultura	6.025,2	39.534,8	35.702,0	-11	1.734,1	16.934,8	14.358,3	52
• Operações sociais	187,5	1.714,3	1.694,6	12	34,1	84,9	72,0	-61
Área Financeira								
• Mercado de capitais	2.924,8	25.542,9	23.702,6	-6	230,2	7.358,6	6.239,1	399
BNDESPAR	7.075,1	137.599,6	130.797,2	167	3.478,4	22.255,2	18.869,3	0
FINAME	71.245,9	386.187,7	349.717,8	-31	22.621,9	168.462,0	142.832,2	16
• ESPECIAL	15.740,9	109.926,7	100.576,7	-9	4,5	38.928,0	33.005,5	25
• AUTOMÁTICO	55.505,0	276.261,0	249.141,1	-37	17.769,4	129.534,0	109.826,7	14
TOTAL ORDINÁRIOS	142.488,4	935.185,4	858.677,3	-40	49.753,5	314.394,2	266.562,3	-1
Finsocial/Procerá	3.766,7	8.017,2	7.869,8	-73	1.173,7	542,6	460,0	-93
Fundo da Marinha Mercante ..	11.143,7	91.710,1	87.933,7	1	2.241,4	15.442,7	13.093,2	7
Proálcool	223,8	0,0	0,0	—	199,4	0,0	0,0	—
Programa de Conservação de Energia	166,1	0,0	0,0	—	0,0	0,0	0,0	—
Jari	1.958,8	23.811,9	23.165,7	16	0,0	0,0	0,0	—
OUTROS	2.645,9	28.901,6	26.831,1	54	1.011,5	5.700,5	4.833,2	-12
TOTAL VINCULADOS	19.905,0	152.440,8	145.800,3	-7	4.626,0	21.685,8	18.386,5	-27
TOTAL	162.393,4	1.087.626,2	1.004.477,6	-36	54.379,5	336.080,0	284.948,8	-4

CONSULTAS, PRIORIDADES E APROVAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	Jan/Mai 1988 NCz\$ Mil	Jan/Mai 1989 NCz\$ Mil	Jan/Mai 1989 UR Mil	Variação Real %	Maio 1988 NCz\$ Mil	Maio 1989 NCz\$ Mil	Maio 1989 UR Mil	Variação Real %
Consultas Recebidas	508.196,1	2.607.585,6	2.435.537,0	-35	114.372,3	630.773,4	534.807,5	-14
Prioridades Concedidas	461.143,7	2.252.390,2	2.105.013,0	-42	50.425,3	621.102,8	526.608,2	92
Aprovações	328.129,2	1.412.251,0	1.284.047,3	-49	45.217,0	570.780,1	483.941,6	97

A responsabilidade do homem de empresa

MÁRCIO FORTES

Já há algum tempo debate-se com frequência a necessidade de os homens de empresa assumirem uma quota de responsabilidade, como cidadãos e como elites, na tarefa de enfrentar e resolver as grandes questões nacionais. A quota de responsabilidade inerente a quem detém os meios de produção ou os maneja. Esse debate, que sempre ocorreu em âmbito restrito — como nas federações de indústrias — nos momentos de crise, foi de certa forma eclipsado pela forte participação do Estado na trajetória do desenvolvimento brasileiro. Imposto pelo próprio modelo econômico de então, o forte intervencionismo estatal, sobretudo da década de 50 até o começo dos anos 80, induziu os empresários privados a entenderem que seu papel se restringia a produzir.

Avizinhando-se agora a década de 90, todos percebemos que, ante a constatação da dimensão da crise econômica brasileira — e do problema brasileiro no sentido mais abrangente —, é chegada a hora de adotarmos uma atitude diferente em relação ao futuro. Com a amplitude da crise, a definição nítida dos papéis do Estado e dos empresários não mais pode esperar.



Principalmente a definição do papel do empresário. Porque até há pouco os homens de empresa mantinham-se comodamente à espera da outorga das políticas e dos planos oficiais, certos de que sempre que sobreviessem dificuldades o próprio Estado acorreria com crédito e com recursos abundantes para socorrer os menos afortunados — e os menos capazes.

Hoje não é mais possível contar com esses benefícios paternalistas, porque as dificuldades das finanças públicas destruíram aquele elo viciado. É este, portanto, o momento de os empresários privados assumirem sua parcela de responsabilidade nesse quadro de erosão política, econômica e social, demonstrando à sociedade que seu objetivo não é buscar o lucro meramente pelo lucro, mas produzir melhor, a custos menores, de forma mais moderna, e utilizando os meios de produção do modo que

melhor atenda ao interesse nacional. E atentos à gravidade dos nossos problemas sociais, que são também seus problemas, tal o entrelaçamento, no Brasil de hoje, dos males econômicos com os sociais. Por exemplo: a má distribuição da renda — que mantém na linha da pobreza a oitava economia do Ocidente — pode ser enfrentada com a recuperação do poder aquisitivo dos assalariados, a qual provoca o imediato fortalecimento do mercado interno, o qual por sua vez estimula os investimentos e sustenta o crescimento a longo prazo.

Esta é a mensagem aos homens de empresa no momento em que o BNDES completa seus 37 anos de atividades. Com uma garantia, em paralelo: o Banco tem recursos disponíveis para apoiar o esforço e os projetos de cada empresário — sobretudo o do ramo industrial — que queira colaborar com o País investindo. E investindo não só com dinheiro, mas também com recursos mercadológicos, com administração moderna, com tecnologia, com a vontade e a determinação de fazer — fazer o melhor para a construção de uma Nação melhor.

**BNDES.
AGORA TAMBÉM
PARA EMPRESÁRIOS
QUE TÊM PRESSA.**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social mudou porque a economia brasileira está mudando.

Agora, chegou a hora das decisões mais rápidas, com uma estrutura mais compacta, mais moderna, que permite a agilização das rotinas internas.

Apenas seis áreas operacionais atenderão toda a demanda do mercado.

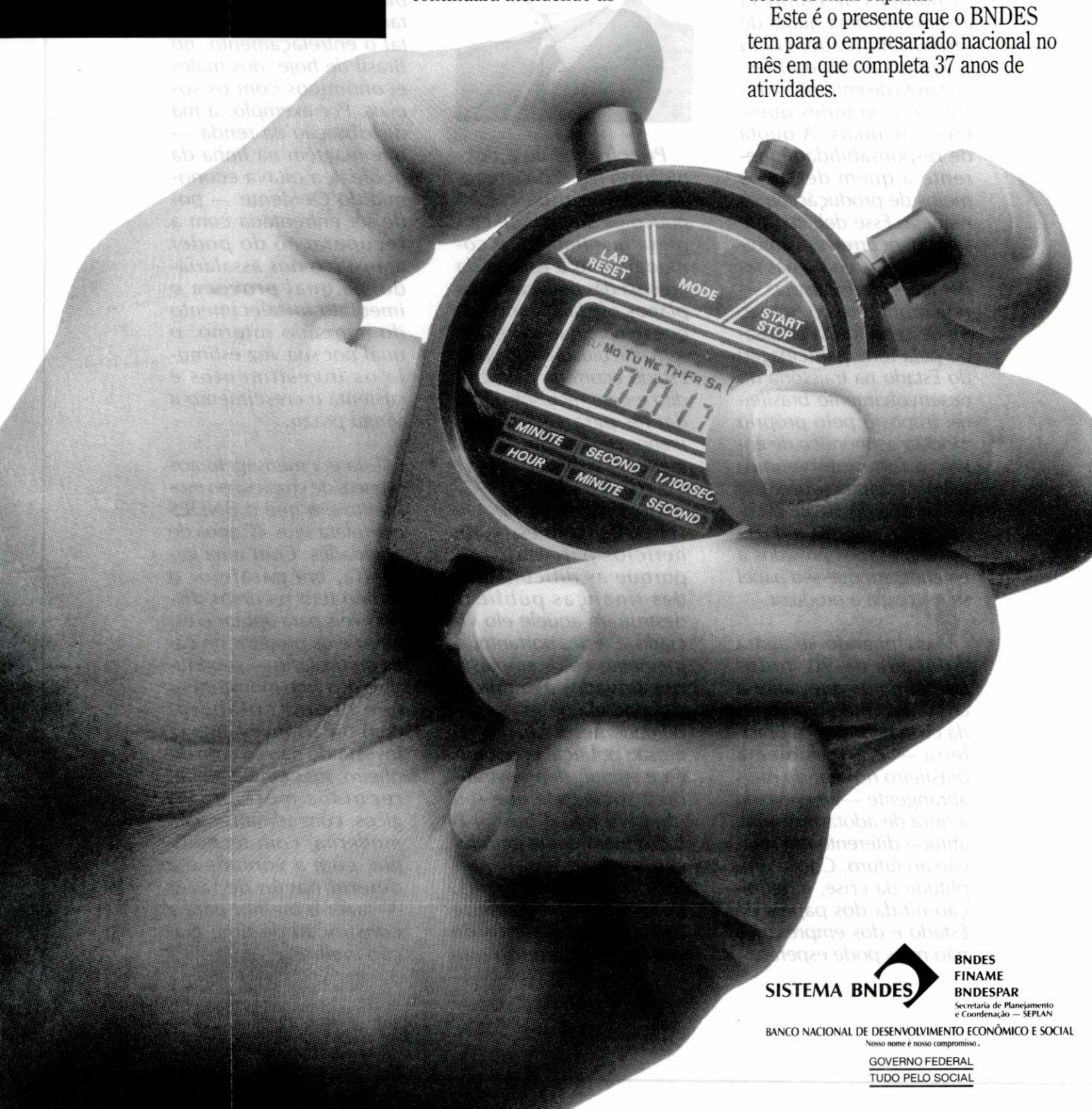
Assim, o Sistema BNDES continuará atendendo às

necessidades de investimentos e crescimento das empresas essenciais ao desenvolvimento dos diversos setores industriais. Mas sem se descuidar das demandas geradas pela nova realidade da economia brasileira.

Se você também tem pressa, junte-se aos milhares de empresários que têm encontrado no BNDES um parceiro dedicado a promover o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira.

Estrutura mais compacta, agilidade, decisões mais rápidas.

Este é o presente que o BNDES tem para o empresariado nacional no mês em que completa 37 anos de atividades.



SISTEMA BNDES
BNDES
FINAME
BNDESPAR
Secretaria de Planejamento
e Coordenação — SEPLAN

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Nosso nome é nosso compromisso.

GOVERNO FEDERAL
TUDO PELO SOCIAL